

REGULAMENTO DO COINVALORES KIDS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

CNPJ/MF N.º 03.982.081/0001-60

Atualizado em 13 de junho de 2016

CAPÍTULO I

FUNDO, PRAZO DE DURAÇÃO E EXERCÍCIO

Artigo 1 - O Coinvalores Kids Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações é uma comunhão de recursos, constituído na República Federativa do Brasil sob a forma de condomínio aberto ("Fundo"), é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em títulos e valores mobiliários, bem como em quaisquer outros ativos disponíveis no mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações de sua política de investimento, descrita no Capítulo III, e da regulamentação em vigor, em especial a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 555, de 17 de dezembro de 2014, e suas posteriores alterações ("Instrução CVM 555").

Artigo 2 - O prazo de duração do Fundo é indeterminado.

Artigo 3 - O exercício do Fundo se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II

ADMINISTRAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

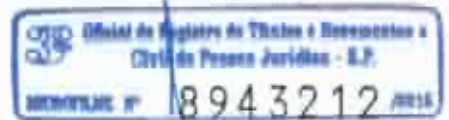
Artigo 4 - A administração do Fundo será exercida pela Coinvalores Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda., sociedade autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.461, 10º andar, Torre Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.338.038/0001-40, autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº 6.017, de 26 de junho de 2000 ("Administrador").

Artigo 5 - Além do serviço obrigatório de auditoria independente, o Administrador pode contratar, em nome do Fundo, com terceiros devidamente habilitados e autorizados, os seguintes serviços, com a exclusão de quaisquer outros não listados:

- I. a gestão da carteira do Fundo;
- II. a consultoria de investimentos;
- III. as atividades de tesouraria, de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira;
- IV. a distribuição de cotas do Fundo;
- V. a escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo;
- VI. custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira; e
- VII. classificação de risco por agência especializada constituída no Brasil.

Parágrafo 1º - Os pagamentos das remunerações devidas ao Administrador e prestadores de serviços relacionados nos itens de I a V contratados pelo Fundo, serão efetuados diretamente pelo Fundo a cada qual, nas formas e prazos entre eles ajustados, até o limite da Taxa de Administração fixada e desde que permitido pela legislação.

Parágrafo 2º - Os contratos de prestação de serviços de administração firmados com terceiros pelo Administrador, em nome do Fundo, devem ser mantidos pelo Administrador e respectivos contratados à disposição da CVM.



Artigo 6 - O serviço de administração da carteira do Fundo é realizado pela BRAM – Bradesco Asset Management S/A - DTVM, sociedade devidamente autorizada pela CVM, a prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 2.869, de 18/01/1994, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, n.º 1.450, 6º e 7º andares, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 52.375.134/0001-44, ("Gestor").

Parágrafo Único - Cabe à GESTORA realizar a gestão profissional dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, com poderes para negociar, em nome do FUNDO, os referidos títulos e valores mobiliários, observando as limitações impostas pelo presente regulamento ("Regulamento"), pela ADMINISTRADORA e pela regulamentação em vigor.

Artigo 7 - O serviço de custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo realizado pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, 2º andar, Vila Yara, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Custodiante").

Artigo 8 - Os serviços de controladoria de ativos (controle e processamento dos títulos e valores mobiliários) e de passivos (escrituração de cotas) são prestados ao FUNDO pela própria ADMINISTRADORA.

Artigo 9 - O serviço de distribuição, agenciamento e colocação de quotas do FUNDO serão prestados exclusivamente pela ADMINISTRADORA.

Artigo 10 - Os serviços de auditoria independente serão realizados pela BDO RCS Auditores Independentes – Sociedade Simples, com sede na Rua Major Quedinho, 90 1º Andar, cidade de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.276.936/0001-79 ("Auditores Independentes").

Artigo 11 - É vedado à ADMINISTRADORA e à GESTORA, no que aplicável, praticar os seguintes atos em nome do FUNDO:

- I. receber depósito em conta corrente;
- II. contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade autorizada pela CVM;
- III. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- IV. vender cotas à prestação, sem prejuízo da integralização a prazo de cotas subscritas;
- V. prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- VI. realizar operações com ações fora de mercado organizado, ressalvadas as hipóteses de distribuições públicas, de exercício de direito de preferência e de conversão de debêntures em ações, exercício de bônus de subscrição, negociação de ações vinculadas a acordo de acionistas e nos casos em que a CVM tenha concedido prévia e expressa autorização;
- VII. utilizar recursos do FUNDO para pagamento de seguro contra perdas financeiras de cotistas; e
- VIII. praticar qualquer ato de liberalidade.

Artigo 12 - O Administrador e o Gestor estão obrigados a adotar as seguintes normas de conduta:

- I. exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o FUNDO, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e do FUNDO, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida, e respondendo por

- quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração ou gestão;
- II. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do FUNDO, ressalvado o que dispuser o formulário de informações complementares do FUNDO ("Formulário de Informações Complementares") sobre a política relativa ao exercício de direito de voto do fundo; e
 - III. empregar, na defesa dos direitos do cotista, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, e adotando as medidas judiciais cabíveis.

Parágrafo Primeiro – Sem prejuízo da remuneração que é devida à ADMINISTRADORA e à GESTORA, na qualidade de prestadoras de serviços do FUNDO, a ADMINISTRADORA e a GESTORA devem transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possam alcançar em decorrência de sua condição.

Parágrafo Segundo - É vedado à ADMINISTRADORA e à GESTORA o recebimento de qualquer remuneração, benefício ou vantagem, direta ou indiretamente por meio de partes relacionadas, que potencialmente prejudique a independência na tomada de decisão de investimento pelo FUNDO.

CAPÍTULO III

OBJETIVO E PÚBLICO ALVO

Artigo 13 - O Fundo tem por objetivo a valorização de suas cotas mediante aplicação de seus recursos na aquisição de cotas de fundos de investimento, exclusivamente, administrados e/ou geridos pelo Gestor, que tenham como objetivo buscar oportunidades de investimento em títulos e valores mobiliários com o intuito de proporcionar rentabilidade superior ao Índice Brasil da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ("IBrX").

Artigo 14 - O Fundo destina-se a pessoas físicas, menores de 18 (dezoito) anos, com tolerância ao risco de mercado de valores mobiliários brasileiros, em especial à volatilidade do IBrX.

CAPÍTULO IV

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Artigo 15 - O Fundo manterá no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio investido em cotas de fundos de investimento em ações.

Parágrafo 1º- Os recursos remanescentes, 5% (cinco por cento), do Fundo poderão ser mantidos em depósitos à vista ou aplicados em:

- I. títulos públicos federais;
- II. títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira; e
- III. operações compromissadas, de acordo com a regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional ("CMN").
- IV. cotas de fundos de índice que reflitam as variações e a rentabilidade de índices de renda fixa

Parágrafo 2º O Fundo poderá aplicar seus recursos em fundos de investimento que realizem operações com derivativos tanto para proteção da carteira quanto para alavancagem, sem qualquer limitação.

Parágrafo 3º - O percentual máximo de aplicação em cotas de fundos de investimento administrados pelo Administrador, pelo Gestor ou empresas a eles ligadas poderá ser de até 100% (cem por cento) do patrimônio do Fundo.

Parágrafo 4º - O Fundo poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de cotas de um único fundo de investimento.



Parágrafo 5º - Não obstante a diligência do Administrador em colocar em prática a política de investimento delineada neste capítulo, os investimentos do Fundo, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a flutuações de mercado e a riscos de crédito, podendo apresentar perdas representativas do patrimônio do Fundo, inclusive perda total, ou ainda a ocorrência de patrimônio líquido negativo, sendo que, nesta última hipótese, os cotistas serão chamados a aportar recursos adicionais para a liquidação do Fundo. Não poderá o Administrador, em hipótese alguma, ser responsabilizado por qualquer depreciação dos bens da carteira ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

Parágrafo 6º - As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia do Administrador ou de qualquer instituição pertencente ao mesmo conglomerado financeiro, nem do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Parágrafo 7º - Em vista da aplicação em cotas de fundos de investimento acima descrita, o Fundo poderá estar exposto a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos respectivos decorrentes.

Parágrafo 8º - Poderão atuar como contraparte nas operações realizadas pelo Fundo, direta ou indiretamente, a exclusivo critério do Gestor, quaisquer instituições que participem do mercado financeiro e de capitais, inclusive o Administrador e/ou o Gestor, fundos de investimento e carteiras administradas sob administração do Administrador e/ou sob gestão do Gestor ou de quaisquer empresas a eles ligadas.

O fundo poderá comprar cota de fundos de investimento que apliquem no exterior.

CAPÍTULO V

POLÍTICA DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLÉIAS

Artigo 16 - O Administrador, considerando que o Fundo não tem como objetivo a participação ativa na administração dos fundos de investimento nos quais tem participação, como representante do Fundo, decidirá sobre o seu comparecimento em assembleias gerais de cotistas dos fundos de investimento cujas cotas integrem a carteira do Fundo tanto à época da convocação quanto da realização da respectiva assembleia, baseado em sua análise prévia acerca da relevância para o Fundo da(s) matéria(s) objeto de deliberação nas respectivas assembleias.

Parágrafo 1º - O Administrador deverá, na forma e prazo estabelecidos na regulamentação aplicável, informar aos cotistas do Fundo sobre o teor dos votos proferidos, em nome do Fundo, nas assembleias gerais de cotistas dos fundos de investimento cujas cotas integrem a carteira do Fundo tanto à época da convocação quanto da realização da respectiva assembleia.

Parágrafo 2º - A versão integral da Política de Voto do Administrador encontra-se disposta na página do Administrador na rede mundial de computadores: <http://www.coinvalores.com.br>

Parágrafo 3º - Nestas hipóteses, as despesas para representação do Fundo nas assembleias gerais de cotistas dos fundos de investimento cujas cotas integrem a carteira do Fundo serão atribuídas ao próprio Fundo.

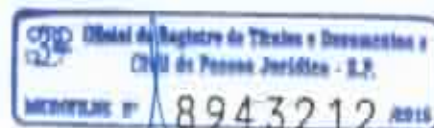
CAPÍTULO VI

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E DESPESAS DO FUNDO

Artigo 17 - O Administrador receberá pela prestação dos seus serviços de administração, percentual que incidirá sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, remuneração essa que será provisionada todo dia útil e paga mensalmente ao Administrador até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao que a taxa se referir ou, ainda, antecipadamente, por ocasião do resgate de cotas ("Taxa de Administração").

Parágrafo 1º - A Taxa de Administração é composta por uma taxa de administração mínima de 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano), que não inclui a taxa de administração dos fundos em que o Fundo investe, e uma taxa de administração máxima de 2 % a.a. (dois por cento ao ano).





compreendendo, além da taxa mínima anteriormente mencionada, a taxa de administração dos fundos em que o Fundo investe.

Parágrafo 2º - Os pagamentos das remunerações aos prestadores de serviços de administração serão efetuados diretamente pelo FUNDO a cada qual, nas formas e prazos entre eles ajustados, até o limite da taxa de administração fixada acima.

Artigo 18 - A remuneração do Administrador é calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) por dia útil, da percentagem referida no caput sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo.

Artigo 19 - Não haverá taxa de ingresso, de saída ou de performance do Fundo.

Parágrafo Único - Os fundos de investimento nos quais o Fundo aplica seus recursos podem estar sujeitos à cobrança de taxa de administração, de performance e/ou de saída.

Artigo 20 - O CUSTODIANTE receberá pelos serviços de custódia e liquidação financeira dos ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO, a remuneração prevista na tabela abaixo, sobre o total do Patrimônio Líquido, provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano), e paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao que se referir ou, ainda, antecipadamente, por ocasião do resgate de cotas.

TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	REMUNERAÇÃO
Até R\$ R\$ 15.000.000,00	R\$ 500,00 ao mês
Acima de R\$ 15.000.000,00	0,09% a.a.

Artigo 21 - Constituem encargos do FUNDO, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, as seguintes despesas, que lhe podem ser debitadas diretamente:

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- II. despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios previstos na regulamentação vigente;
- III. despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;
- IV. honorários e despesas do auditor independente;
- V. emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO;
- VI. honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;
- VII. parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- VIII. despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do FUNDO pela ADMINISTRADORA ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o FUNDO detenha participação;
- IX. despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros; e

- X. despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários.

Parágrafo Único - Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO correrão por conta da ADMINISTRADORA.

CAPÍTULO VII EMIÇÃO E RESGATE DE COTAS

Artigo 22 - As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio, e são escriturais e nominativas, sendo inscritas em nome do titular no registro de cotistas do Fundo, sem emissão de certificados, não podendo ser objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

Parágrafo 1º - A qualidade de cotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do Fundo, inscrição esta efetuada pelo Administrador ou pela instituição por ele contratada para efetuar a escrituração da emissão e resgate de cotas.

Parágrafo 2º - As cotas do Fundo terão seu valor calculado diariamente com base na divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do Fundo, apurados ambos no encerramento do dia, isto é, no horário de fechamento dos mercados em que o Fundo atua.

Parágrafo 3º - O valor do patrimônio líquido é calculado com base no valor de mercado dos ativos financeiros integrantes da carteira apurado de acordo com o disposto nas normas estabelecidas pela legislação em vigor.

Artigo 23 - Os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio e serão utilizados para novos investimentos pelo Fundo. Os cotistas serão remunerados pela valorização patrimonial de suas cotas.

Artigo 24 - O Fundo não efetuará resgates e aplicações em dias não úteis. Consideram-se dias não úteis sábados, domingos, quaisquer feriados nacionais no Estado ou Município da praça em que está sediado o Administrador, e os dias nos quais o mercado financeiro da Cidade de São Paulo não estiver funcionando.

Artigo 25 - Na emissão das cotas será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil seguinte ao da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos investidores na conta do Fundo, desde que obedecido o horário máximo fixado periodicamente pelo Administrador. Solicitação recebida em horário posterior será considerada como tendo sido recebida no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

Parágrafo 1º - As aplicações no Fundo deverão ser feitas por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED, ordem de pagamento, documento de ordem de crédito, transferência entre contas correntes, ou outra forma ou outra forma de pagamento autorizada pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo 2º - O Administrador poderá, a seu critério e independente de justificativa, suspender a colocação de novas cotas, bem como rejeitar aplicações de qualquer investidor, desde que o faça de forma equânime aos novos investidores e aos cotistas do Fundo.

Artigo 26 - Para fins de resgate, as cotas do Fundo terão seu valor atualizado diariamente, devendo ser utilizado o valor da cota do dia útil seguinte ao da solicitação de resgate para conversão de cotas.

Artigo 27 - O resgate de cotas do Fundo será pago até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao da conversão de cotas, na sede ou dependências do Administrador, obedecido o horário máximo fixado, periodicamente, pelo Administrador. Solicitação recebida em horário posterior ao limite será considerada como tendo sido efetuada no 1º (primeiro) dia útil subsequente.



Artigo 28 - Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do fundo ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, o Administrador poderá declarar o fechamento do fundo para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de assembleia geral extraordinária, no prazo máximo de 1 (um) dia, para deliberar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do fechamento para resgate, sobre as seguintes possibilidades:

- a) substituição da ADMINISTRADORA, da GESTORA ou de ambos;
- b) reabertura ou manutenção do fechamento do FUNDO para resgate;
- c) possibilidade do pagamento de resgate em ativos financeiros;
- d) cisão do FUNDO; e
- e) liquidação do FUNDO

Parágrafo Primeiro - Em casos excepcionais, ouvida preliminarmente a CVM, o resgate pode ser efetuado em ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo.

Parágrafo Segundo - O FUNDO deve permanecer fechado para aplicações enquanto perdurar o período de suspensão de resgates.

Parágrafo Terceiro - O fechamento do FUNDO para resgate deve, em qualquer caso, ser imediatamente comunicado à CVM.

Parágrafo Quarto - A ADMINISTRADORA pode solicitar à CVM autorização específica para proceder à cisão do fundo antes da reabertura para resgates, ficando neste caso vedadas novas aplicações no FUNDO resultante da cisão, e devendo, de qualquer modo, realizar-se a assembleia de que trata o Parágrafo Segundo acima.

CAPÍTULO VIII ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS

Artigo 29 - É de competência privativa da assembleia geral de cotistas do FUNDO deliberar sobre:

- I. as demonstrações contábeis apresentadas pela ADMINISTRADORA;
- II. a substituição da ADMINISTRADORA, da GESTORA ou do CUSTODIANTE do FUNDO;
- III. a fusão, a incorporação, a cisão, a transformação ou a liquidação do FUNDO;
- IV. o aumento da Taxa de Administração, da Taxa de Performance, ou da taxa máxima pelo serviço de custódia;
- V. a alteração da política de investimento do FUNDO;
- VI. a amortização de cotas e o resgate compulsório das cotas; e
- VII. a alteração deste Regulamento, observado o Parágrafo Único abaixo.

Parágrafo Único - Este Regulamento poderá ser alterado, independente de assembleia geral de cotistas do FUNDO, quando a alteração:



- a) decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências expressas da CVM ou de adequação a normas legais ou regulamentares;
- b) for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais da ADMINISTRADORA ou dos prestadores de serviços do fundo, tais como alteração na razão social, endereço, página na rede mundial de computadores e telefone, e
- c) envolver redução da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance.

Artigo 30 - A convocação da assembleia geral de cotistas deve ser feita e disponibilizada nas páginas da ADMINISTRADORA na rede mundial de computadores e através de correspondência encaminhada a cada cotista, com, no mínimo, 10 (dez) dias corridos de antecedência, da qual constará dia, hora, local e, ainda, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da assembleia.

Parágrafo Primeiro - O aviso de convocação deve indicar o local onde o cotista pode examinar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da assembleia.

Parágrafo Segundo - O aviso de convocação deve indicar a página na rede mundial de computadores em que o cotista pode acessar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da assembleia.

Parágrafo Terceiro - A assembleia geral de cotistas se instalará com a presença de qualquer número de cotistas.

Parágrafo Quarto - A presença da totalidade dos cotistas supre a falta de convocação.

Artigo 31 - A ADMINISTRADORA, a GESTORA, o CUSTODIANTE ou o cotista ou grupo de cotistas que detenha, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de cotas emitidas, podem convocar a qualquer tempo assembleia geral de cotistas, para deliberar sobre ordem do dia de interesse do FUNDO ou dos cotistas.

Artigo 32 - As deliberações da assembleia geral de cotistas serão tomadas por maioria dos votos, cabendo a cada cota 1 (um) voto.

Parágrafo Primeiro - Somente podem votar na assembleia geral os cotistas do FUNDO inscritos no registro de cotistas na data de convocação da assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo - As alterações de Regulamento serão eficazes na data deliberada pela assembleia. Entretanto, nos casos listados a seguir, serão eficazes, no mínimo, a partir de 30 (trinta) dias corridos após o envio do resumo das decisões da assembleia geral aos cotistas, conforme previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 32 abaixo, salvo se aprovadas pela unanimidade dos cotistas:

- a) aumento ou alteração do cálculo das Taxas de Administração, de Performance, de ingresso ou de saída;
- b) alteração da política de investimento;
- c) mudança nas condições de resgate; ou
- d) incorporação, cisão ou fusão que envolva FUNDO sob a forma de condomínio fechado, ou que acarrete alteração, para os cotistas envolvidos, das condições elencadas nos incisos anteriores.

Artigo 33 - Os cotistas poderão votar em assembleias gerais por meio de comunicação escrita ou eletrônica, quando a referida possibilidade estiver expressamente prevista na convocação da assembleia geral, desde que recebida pela ADMINISTRADORA antes do início da assembleia geral de cotistas, devendo a manifestação do voto ser recebida pela ADMINISTRADORA até o dia útil anterior à data da assembleia geral, respeitado o disposto nos parágrafos do presente artigo.



Parágrafo Primeiro - A entrega do voto, por meio de comunicação escrita, deverá ocorrer na sede da ADMINISTRADORA, sob protocolo, ou por meio de correspondência, com aviso de recebimento.

Parágrafo Segundo - A assembleia geral pode ser realizada por meio eletrônico, devendo estar resguardados os meios para garantir a participação dos cotistas e a autenticidade e segurança na transmissão de informações, particularmente os votos, que devem ser proferidos por meio de assinatura eletrônica legalmente reconhecida.

Artigo 34 - As deliberações dos cotistas poderão, a critério da ADMINISTRADORA, ser tomadas sem necessidade de reunião dos cotistas, mediante processo de consulta formalizada em carta, correio eletrônico, telegrama ou fac-símile, dirigido pela ADMINISTRADORA a cada cotista, para resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

Parágrafo Primeiro - A ausência de resposta à consulta formal, no prazo estipulado no caput, será considerada como anuência por parte dos cotistas à aprovação das matérias objeto da consulta.

Parágrafo Segundo - Quando utilizado o procedimento previsto neste artigo, o quorum de deliberação será o de maioria absoluta das quotas emitidas, independentemente da matéria.

Artigo 35 - A ADMINISTRADORA deve encaminhar, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, na data do início da vigência das alterações deliberadas em assembleia, nos termos deste Capítulo, os seguintes documentos:

- I. exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas;
- II. declaração da ADMINISTRADORA de que o Regulamento do FUNDO está plenamente aderente à legislação vigente; e
- III. lâmina atualizada.

Artigo 36 - Anualmente a assembleia geral deverá deliberar sobre as demonstrações contábeis do FUNDO, fazendo-o até 120 (cento e vinte) dias corridos após o término do exercício social.

Parágrafo Primeiro - A assembleia geral a que se refere o caput somente pode ser realizada no mínimo 15 (quinze) dias corridos após estarem disponíveis aos cotistas as demonstrações contábeis auditadas relativas ao exercício encerrado.

Parágrafo Segundo - As deliberações relativas às demonstrações contábeis do FUNDO que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer cotistas.

Artigo 37 - Não podem votar nas assembleias gerais do fundo:

- I. a ADMINISTRADORA e a GESTORA;
- II. os sócios, diretores e funcionários da ADMINISTRADORA ou da GESTORA;
- III. empresas ligadas à ADMINISTRADORA ou à GESTORA, seus sócios, diretores, funcionários; e
- IV. os prestadores de serviços do FUNDO, seus sócios, diretores e funcionários.



CAPÍTULO IX

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS AO FUNDO

Artigo 38 - A ADMINISTRADORA, em atendimento à política de divulgação de informações referentes ao FUNDO, se obriga a:

- I. calcular e divulgar, diariamente, o valor da cota e do Patrimônio Líquido;
- II. disponibilizar mensalmente aos cotistas extrato de conta, com, no mínimo, as informações exigidas pela regulamentação vigente;
- III. disponibilizar as informações do FUNDO, inclusive as relativas à composição da carteira, no mínimo na periodicidade, prazo e teor das informações estabelecida na regulamentação em vigor, de forma equânime entre todos os cotistas;
- IV. disponibilizar aos cotistas do FUNDO a demonstração de desempenho do FUNDO até o último dia útil de fevereiro de cada ano; e
- V. divulgar, em lugar de destaque na sua página na rede mundial de computadores e sem proteção de senha, a demonstração de desempenho do FUNDO relativo:
 - a) aos 12 (doze) meses findos em 31 de dezembro, até o último dia útil de fevereiro de cada ano; e
 - b) aos 12 (doze) meses findos em 30 de junho, até o último dia útil de agosto de cada ano.

Artigo 39 - A ADMINISTRADORA deve remeter, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, os seguintes documentos:

- I. informe diário, conforme modelo da CVM, no prazo de 2 (dois) dias úteis;
- II. mensalmente, até 10 (dez) dias corridos após o encerramento do mês a que se referirem:
 - a) balancete;
 - b) demonstrativo da composição e diversificação de carteira;
 - c) perfil mensal; e
 - d) lâmina de informações essenciais.
- III. Formulário de Informações Complementares, sempre que houver alteração do seu conteúdo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua ocorrência;
- IV. anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias contado a partir do encerramento do exercício a que se referirem, as demonstrações contábeis acompanhadas do parecer do Auditor Independente; e
- V. formulário padronizado com as informações básicas do FUNDO, sempre que houver alteração do Regulamento, na data do início da vigência das alterações deliberadas em assembleia.

Parágrafo Primeiro - A ADMINISTRADORA se obriga a enviar um resumo das decisões da assembleia geral a cada cotista no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a data de realização da assembleia, podendo ser utilizado para tal finalidade o próximo extrato de conta de que trata o inciso II do caput. Caso a assembleia geral seja realizada nos últimos 10 (dez) dias do mês, poderá ser utilizado o extrato de conta relativo ao mês seguinte da realização da assembleia.

Parágrafo Segundo - Caso o cotista não tenha comunicado à ADMINISTRADORA a atualização de seu endereço, seja para envio de correspondências por carta ou através de meio eletrônico, a



ADMINISTRADORA ficará exonerada do dever de lhe prestar as informações previstas na regulamentação vigente, a partir da última correspondência que houver sido devolvida por incorreção no endereço declarado.

Parágrafo Terceiro – O Formulário de Informações Complementares deve abranger pelo menos o seguinte: (i) periodicidade mínima para divulgação da composição da carteira do fundo, sem prejuízo do previsto no inciso II acima; (ii) local, meio e forma de divulgação das informações; (iii) local, meio e forma de solicitação de informações pelo cotista; (iv) exposição, em ordem de relevância, dos fatores de riscos inerentes à composição da carteira do FUNDO; (v) descrição da política relativa ao exercício de direito do voto decorrente dos ativos financeiros detidos pelo FUNDO; (vi) descrição da tributação aplicável ao FUNDO e a seus cotistas, contemplando a política a ser adotada pela ADMINISTRADORA quanto ao tratamento tributário perseguido; (vii) descrição da política de administração de risco, em especial dos métodos utilizados pela ADMINISTRADORA para gerenciar os riscos a que o FUNDO se encontra sujeito, inclusive risco de liquidez; (viii) quando houver, identificação da agência de classificação de risco de crédito contratada pelo FUNDO, bem como a classificação obtida e advertência de que a manutenção desse serviço não é obrigatória, podendo ser descontinuado a critério da ADMINISTRADORA ou da assembleia geral de cotistas; (ix) apresentação detalhada da ADMINISTRADORA e da GESTORA, inclusive informações sobre o departamento técnico e demais recursos e serviços utilizados pela GESTORA para gerir a carteira do FUNDO; (x) relação dos demais prestadores de serviços do FUNDO; (xi) política de distribuição de cotas; e (xii) quaisquer outras informações que a ADMINISTRADORA entenda relevantes.

Parágrafo Quarto – A ADMINISTRADORA deve elaborar uma lâmina de informações essenciais na forma do Anexo 42 a Instrução CVM 555.

Artigo 40 – A ADMINISTRADORA deve divulgar imediatamente, através de correspondência a todos os cotistas e de comunicado através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do FUNDO ou aos ativos integrantes de sua carteira.

Parágrafo Primeiro - Considera-se relevante qualquer ato ou fato que possa influir de modo ponderável no valor das cotas do FUNDO ou na decisão dos investidores de adquirir, alienar ou manter tais cotas.

Parágrafo Segundo - As demonstrações contábeis serão colocadas à disposição, pela ADMINISTRADORA, de qualquer interessado que as solicitar no prazo de 90 (noventa) dias corridos após o encerramento do período.

Artigo 41 - A ADMINISTRADORA mantém serviço de atendimento ao cotista, através do endereço eletrônico www.coinvalores.com.br, ou do telefone (11) 3035-4141, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, à disposição dos cotistas, em sua sede e/ou dependência.

Parágrafo Primeiro – Não obstante o previsto no caput, a ADMINISTRADORA adotará a política de disponibilização de informações do FUNDO através do serviço de atendimento ao cotista através do endereço eletrônico www.coinvalores.com.br, inclusive das informações relativas aos resultados do FUNDO em exercícios anteriores, e de outras informações referentes a exercícios anteriores, tais como demonstrações contábeis, relatórios e demais documentos pertinentes que tenham sido divulgados ou elaborados por força de disposições regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Segundo - As dúvidas relativas à gestão da carteira do FUNDO poderão ser esclarecidas diretamente com o departamento de atendimento ao cotista da GESTORA.



CAPÍTULO X
POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCO

Artigo 42 - A política de Administração de Risco da Administradora baseia-se na metodologia: Value at Risk (VaR).

O Value at Risk (VaR) fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado.

A metodologia da Administradora e da Gestora realiza o cálculo do VaR de forma paramétrica, especificando um nível de confiança de 95 % (noventa e cinco por cento).

Parágrafo Único- Os métodos utilizados pelo Administrador para gerenciar os riscos aos quais, o Fundo se sujeita não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que o Fundo possa sofrer.

Artigo 43- A aplicação de recursos no FUNDO sujeita os cotistas a riscos inerentes aos mercados nos quais o FUNDO aplica seus recursos. Nesse sentido, o FUNDO está sujeito a diversos fatores de risco, incluindo, sem limitação:

- I. **Risco de Mercado:** O valor dos ativos que integram a carteira do FUNDO pode variar em função de oscilações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços e cotações de mercado, bem como em razão de quaisquer alterações nas condições econômicas e/ou políticas, nacionais ou internacionais. Tais fatos podem afetar negativamente os preços dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, resultando, inclusive, na depreciação do valor das cotas e, consequentemente, em perdas patrimoniais aos cotistas.
- II. **Risco de Crédito:** Os títulos públicos e/ou privados que compõem a carteira do FUNDO estão sujeitos à capacidade dos seus emissores e/ou contrapartes do FUNDO em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos títulos e/ou contrapartes de transações do FUNDO e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez. O FUNDO poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários. Na hipótese de um problema de falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores de títulos de dívida ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do FUNDO, este poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos. O FUNDO está sujeito a risco de perda substancial de seu Patrimônio Líquido nos casos dos acima indicados.
- III. **Risco de Liquidez:** O FUNDO poderá estar sujeito a períodos de dificuldade de execução de ordens de compra e venda, ocasionados por baixas ou inexistentes demanda e negociabilidade dos ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO. Neste caso, o FUNDO pode não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido neste Regulamento e na regulamentação em vigor, pagamentos relativos a resgates de cotas do FUNDO. Este cenário pode se dar em função da falta de liquidez dos mercados nos quais os valores mobiliários são negociados, ou de outras condições atípicas de mercado.
- IV. **Risco Proveniente do Uso de Derivativos:** O FUNDO realiza operações nos mercados de derivativos como parte de sua estratégia de investimento, exclusivamente para fins de proteção de carteira. Estas operações podem não produzir os efeitos pretendidos, provocando oscilações bruscas e significativas no resultado do FUNDO, podendo ocasionar perdas patrimoniais para os cotistas. Isto pode ocorrer em virtude do preço dos derivativos depender, além do preço do ativo objeto do mercado à vista, de outros parâmetros de precificação baseados em expectativas futuras. Mesmo que o preço do ativo objeto permaneça inalterado, pode ocorrer variação nos preços dos derivativos, tendo como consequência o aumento de volatilidade de sua carteira.



- V. Risco Cambial: O cenário político, bem como as condições socioeconômicas nacionais e internacionais, pode afetar o mercado resultando em alterações nas taxas de juros e câmbio, nos preços dos papéis e nos ativos em geral. Tais variações podem afetar o desempenho dos ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO.
- VI. Risco Regulatório: As eventuais alterações nas normas ou leis aplicáveis ao FUNDO e seus ativos financeiros, incluindo, mas não se limitando àquelas referentes a tributos, podem causar um efeito adverso relevante no preço dos ativos e/ou na performance do FUNDO.
- VII. Riscos Operacionais: Os riscos operacionais são gerados por falhas nos processos de investimento. Ele abrange desde a perda da data de resgate de uma aplicação a panes nos sistemas internos de tecnologia de bolsas organizadas de negociações de ativos, o que poderá impactar o valor e a rentabilidade das cotas do FUNDO, gerando, assim, perdas para os cotistas.
- VIII. Outros Riscos: Não há garantia de que o FUNDO seja capaz de gerar retornos para seus investidores. Não há garantia de que os cotistas receberão qualquer distribuição do FUNDO. Consequentemente, investimentos no FUNDO somente devem ser realizados por investidores que possam lidar com a possibilidade de perda da totalidade dos recursos investidos.

CAPÍTULO XI

TRIBUTAÇÃO

Artigo 44 - Atualmente a carteira do Fundo não está sujeita à tributação. Não obstante, atualmente os rendimentos obtidos pelos cotistas em razão das aplicações no Fundo estão sujeitos à incidência de Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento) no resgate das cotas, conforme estabelecido pela Lei n.º 9.779, de 19 de janeiro de 1.999, e Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2.004, e alterações posteriores, e ao Imposto sobre Operações Financeiras - IOF incidente sobre resgates efetuados no Fundo sob a alíquota zero, nos termos do inciso IV, parágrafo segundo, artigo 33 do Decreto n.º 4.494, de 03.12.2002. O tratamento tributário perseguido pelo Fundo é o de um fundo de investimento em ações.

Parágrafo Único - A tributação aplicável ao Fundo respeitará sempre a legislação em vigor, a qual está sujeita a alterações.

CAPÍTULO XII

Disposições Finais

Artigo 45 - Verificado patrimônio líquido médio diário do Fundo inferior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) pelo período de 90 dias consecutivos, o Administrador deverá liquidar o Fundo ou incorporá-lo a outro fundo.

Artigo 46 - Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações ou processos por mais especiais que sejam, relativos ao Fundo ou a questões baseadas neste regulamento.

São Paulo, 13 de junho de 2016

COINVALORES CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Paulino Botelho de Abreu Sampaio

Administrador

Fernando Ferreira de Silva Tellen



Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.572.625/0004-08
Bel. José Maria Siviero - Oficial

Protocolado sob o n.º 8.943.212 em 28/06/2016, arquivado e microfilmado
sob o n.º 8.943.212, em títulos e documentos
São Paulo, 28 de junho de 2016

Bel. José Maria Siviero - Oficial
Bel. Francisco Roberto Lange - Oficial Substituto